INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG
COMITÊ DE INVESTIMENTO

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPG — EXERCÍCIO 2026.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h40min, nas dependências do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari (IPG), realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, órgão instituído pela Portaria IPG nº 23/2003 e reestruturado pela Portaria IPG nº 95/2025, para tratar da gestão dos recursos previdenciários, análise de relatórios de investimentos, adequações ao estudo de Asset Liability Management (ALM), procedimentos operacionais e demandas administrativas e regulatórias. Na abertura, procedeu-se à leitura e revisão da ata da reunião anterior. Os participantes ressaltaram a importância de registros específicos que reflitam com fidelidade as discussões, justificativas e encaminhamentos, evitando redações genéricas. Após os ajustes, os membros concordaram com o texto revisado e assinado, registrando-se a necessidade de publicação no sítio eletrônico institucional em observância às exigências de transparência. Em seguida, apresentou-se o relatório mensal de investimentos, informando-se que o patrimônio consolidado da carteira passou de aproximadamente R$ 412 milhões para cerca de R$ 418 milhões no período. A variação decorreu do ingresso de cerca de R$ 3 milhões em contribuições e da rentabilidade positiva dos investimentos, mantendo-se a carteira sem oscilações expressivas. A posição em renda variável manteve desempenho positivo, inclusive na exposição internacional por BDRs. Solicitou-se revisão do texto do relatório para esclarecer que as aplicações em fundos de liquidez possuem caráter operacional e temporário, voltadas à gestão de caixa e remuneração dos recursos até a adequação estratégica da carteira ao ALM. O relatório foi apreciado e ficou sujeito aos ajustes de redação solicitados antes da finalização e arquivamento. Reafirmou-se a necessidade de reduzir progressivamente a exposição a fundos indexados ao IMA-B e IMA-B 5+ e avaliar realocações para posições vinculadas ao IRF-M, conforme comparativos técnicos e análise da consultoria de investimentos. Sugeriu-se avaliar movimentações dentro da mesma instituição financeira, quando viável, ressaltando-se que a Caixa Econômica Federal enfrentava paralisação/greve no período, circunstância que poderia afetar procedimentos operacionais. Os comparativos e análises da consultoria serão encaminhados ao grupo de trabalho, podendo ser realizada reunião on-line se necessário. Debatou-se a estratégia de ampliar gradualmente a alocação em títulos públicos federais, com referência inicial de R$ 10.000.000,00, observando prazos compatíveis com o ALM, a Política de Investimentos, a legislação e a validação da consultoria.

Como alternativas operacionais, mencionaram-se a participação em leilões e a intermediação do Banco do Brasil, enquanto se conclui a liberação da plataforma B3 ou solução equivalente. Reconheceu-se a necessidade de capacitação dos servidores responsáveis pelo cadastro, negociação, compra, liquidação e acompanhamento dos títulos públicos. Quanto ao Fundo Rio Bravo, esclareceu-se que os recursos resgatados foram utilizados em obrigações do fluxo financeiro, incluindo a folha de pagamento, não correspondendo o saldo a valor integralmente livre para nova aplicação. A reunião tratou da necessidade de documentar a movimentação efetiva, sua origem, destinação e registro contábil, citando-se a quantia de R$ 3.110.394,26 referente ao resgate e cerca de R$ 6,9 milhões do Banco do Brasil para compor a operação estimada de R$ 10 milhões. Os montantes e origens serão conferidos com extratos, registros contábeis e relatório de movimentação antes de qualquer ordem de compra, devendo o relatório contábil do Fundo Rio Bravo ser anexado aos documentos da reunião. Reafirmou-se que os recursos não devem permanecer ociosos em conta corrente havendo aplicação operacional compatível. Sugeriu-se que, no ingresso de aportes municipais para a folha, avalie-se a manutenção antecipada de valor para o mês seguinte (citando-se o exemplo de R$ 500.000,00), evitando resgates desnecessários em aplicações com prazos específicos. Discutiu-se o calendário de pagamentos de outubro e novembro em razão do fluxo de repasses municipais. Mencionou-se a presença de recursos do Fundo Financeiro na Caixa Econômica Federal, orientando-se o acompanhamento da regularização após alertas do Tribunal de Contas sobre saldos mantidos em conta inadequada. Trataram-se as aplicações operacionais como atividade continuada da Diretoria Executiva e Assessoria de Investimentos. A análise e formalização da reserva da taxa de administração e respectiva transferência estão sendo preparadas pela responsável técnica para apresentação em relatório formal, dependendo os dados finais de parecer técnico e deliberação expressa. Registrou-se a visita de representantes do Banco Santander apresentando soluções para serviços bancários e negociação de títulos públicos, tendo a instituição solicitado credenciamento junto ao IPG. Registrou-se também a realização de diligência junto ao BTG Pactual para atendimento ao Pró-Gestão RPPS. Retomou-se a necessidade de providências relativas aos fundos imobiliários RB Capital Renda 2 e FII Caixa Cedae, alvos de apontamentos do Tribunal de Contas, debatendo-se o cadastramento e regularização da Diretoria Administrativa e Financeira interina junto às instituições financeiras para viabilizar tratativas e eventual alienação dos ativos. Ressaltou-se a necessidade de ampliar a transparência no sítio eletrônico com a publicação de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais, atas e termos de diligência. Informou-se que a

solicitação de um modelo adequado de diligência já foi encaminhada à empresa gestora do sistema de investimentos. Lembrou-se que o Pró-Gestão prevê capacitação anual dos servidores, informando-se o avanço na contratação de curso presencial de preparação para certificação profissional, previsto para os dias 30 de novembro e 1º, 2 e 3 de dezembro de 2026, com 30 vagas, complementado por 180 dias de acesso a plataforma EAD. Registrou-se a autorização para que Vítor e Juliana realizem a prova de certificação profissional de nível intermediário. Destacou-se a importância do acompanhamento dos sistemas de transferência de recursos para operacionalização de obrigações urgentes. Por fim, retomaram-se preocupações com o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS diante da redução de servidores efetivos ativos, aumento de temporários e aposentadorias sem reposição por concurso público, reforçando-se a necessidade de acompanhar as avaliações atuariais, o censo previdenciário e o plano de equacionamento, além de realizar reuniões periódicas de integração intersetorial entre contabilidade, investimentos e administração. Ficou encaminhado: finalizar a revisão do relatório mensal; obter comparativos técnicos para avaliação entre IMA-B, IMA-B 5+ e IRF-M; conferir a disponibilidade dos recursos do Fundo Rio Bravo com juntada de relatório financeiro; prosseguir na avaliação da compra de títulos públicos federais; concluir análise técnica da reserva da taxa de administração; acompanhar credenciamento de instituições financeiras e regularização cadastral da Diretoria interina; dar andamento aos casos dos fundos imobiliários RB Capital Renda 2 e FII Caixa Cedae; acompanhar a liberação do modelo de diligência para publicação no site; confirmar as datas do curso presencial e apoiar a realização das provas de certificação; e avaliar a implantação das reuniões de integração. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Para registro, lavra-se a presente ata que, lida, aprovada e conferida pelos membros presentes, segue assinada e arquivada juntamente com os relatórios e extratos correspondentes.

Guarapari/ES, 29 de setembro de 2026.

ANA LÚCIA SOUZA DA SILVA
MEMBRO

JULIANA SANTOS RIBEIRO
MEMBRO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI / ES – IPG
COMITÊ DE INVESTIMENTO

VITOR FLORINDO ASSIS DE FREITAS
SECRETARIO

JOSE AUGUSTO FERREIRA CARVALHO
MEMBRO

RIANE LIMA DANTAS
PRESIDENTE DO INSTITUTO

ANDREA MORAIS MARTINS BRANDÃO
DIRETORA ADM. e FINANCEIRA